

Eólica Serra das Vacas II S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas II S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 28 de março de 2017, o qual não conteve nenhuma modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

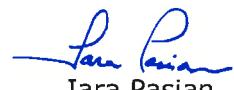
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de maio de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

EOLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMONIO LIQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.946	674	Fornecedores	9	1.587	1.109
Contas a receber	5	3.479	1.443	Empréstimos e financiamentos	10	4.692	4.510
Impostos e contribuições a recuperar		200	166	Obrigações tributárias		512	229
Outros ativos		<u>126</u>	<u>9</u>	Outros passivos		23	23
		6.751	2.292	Ações preferenciais resgatáveis	11	<u>10.909</u>	-
				Total dos passivos circulantes		17.723	5.871
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	6	3.034	3.268	Empréstimos e financiamentos	10	60.698	62.390
Imobilizado	7	117.396	122.876	Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	<u>15.072</u>
Intangível	8	420	423			60.698	77.462
Outros ativos		-	<u>2</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		<u>120.850</u>	<u>126.569</u>	Capital social	14	48.176	48.176
				Prejuízos acumulados		<u>1.004</u>	<u>(2.648)</u>
				Total do patrimônio líquido		49.180	45.528
TOTAL DOS ATIVOS		<u>127.601</u>	<u>128.861</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>127.601</u>	<u>128.861</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	15	22.564	16.178
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	16	(9.204)	(7.922)
LUCRO BRUTO		<u>13.360</u>	<u>8.256</u>
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(289)	(1.190)
Outras receitas/despesas operacionais		-	409
Total		<u>(289)</u>	<u>(781)</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>13.071</u>	<u>7.475</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	369	33
Despesas financeiras	18	<u>(8.961)</u>	<u>(9.324)</u>
Total		<u>(8.592)</u>	<u>(9.291)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.479	(1.816)
Correntes	19	(827)	(506)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>3.652</u>	<u>(2.322)</u>
Número de ações ordinárias integralizadas - em milhares		48.176	48.176
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)		<u>0,08</u>	<u>(0,05)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	3.652	(2.322)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>3.652</u>	<u>(2.322)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social Integralizado						Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Nota	Capital Subscrito	Reservas de Capital	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		48.176	-	-	-	-	(326)	47.850
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(2.322)	(2.322)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		48.176	-	-	-	-	(2.648)	45.528
Ações preferenciais resgatáveis	11	2.867	9.302	-	-	-	-	12.169
Aiuste para adequação às normas do CPC	11	-	-	(12.169)	-	-	-	(12.169)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.652	3.652
Constituição de reserva de legal		-	-	-	50	-	(50)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	954	(954)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>51.043</u>	<u>9.302</u>	<u>(12.169)</u>	<u>50</u>	<u>954</u>	<u>-</u>	<u>49.180</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reclassificado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	3.652	(2.322)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	5.483	5.486
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	6.112	6.825
Apropriação de custos sobre empréstimos	33	153
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	(314)	-
Valor residual da baixa do imobilizado/intangível	-	-
Doação de servidões	-	(409)
Variacão de ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(2.036)	(1.443)
Impostos e contribuições a recuperar	(34)	(25)
Outros ativos	(115)	-
Fornecedores	478	(10.814)
Obrigações tributárias	865	534
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(5.406)	(2.843)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(582)	(390)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>8.136</u>	<u>(5.248)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras vinculadas	548	(3.268)
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	-	(946)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>548</u>	<u>(4.214)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamentos (Devolução) de AFACs	(2.903)	9.849
Pagamento de ações preferenciais resgatáveis	(1.260)	-
Captação de empréstimos	-	8.658
Custos a amortizar	-	(340)
Empréstimos financiamentos e debentures pagos	(2.249)	(8.545)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(6.412)</u>	<u>9.622</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.272</u>	<u>160</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	674	514
Saldo final	2.946	674
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.272</u>	<u>160</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas II S.A. ("Companhia"), é uma "Sociedade por Ações" de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$10.972 (R\$3.579 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à transação de Ações Preferenciais Resgatáveis (parte relacionada - Controladora) e ainda às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Apesar de não ter vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2029, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Portanto: (i) a Administração entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2018; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a Administração entende que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1 A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paranatama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até o fim do exercício de 2015 e em janeiro de 2016, iniciou suas atividades comerciais.

2.2 Contrato de autorização

Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº240 de 30 de maio de 2014, posteriormente atualizada pela resolução autorizativa 5535, de 27 de outubro de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3 Comercialização de energia

A Companhia, participou do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia assinou os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

Em julho de 2017, a Companhia participou do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD EN e descontrataram pelo período de seis meses, 100% dos contratos celebrados no CCEAR, e firmou contrato no ambiente de contratação livre – ACL.

A Companhia ofertou, em 26 de dezembro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova – MCSD, para o período de doze meses, a ser iniciado em janeiro de 2018.

2.4 Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - Ativos

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (iii) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras vinculadas; e (iii) contas a receber.

3.4. Instrumentos financeiros – Passivos

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; e (iii) ações preferenciais resgatáveis.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados.

As novas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs), a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção desses CPCs novos e revisados, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício de 2017:

Pronunciamento	Data da adoção a partir de:
Alterações à IAS 7 – Iniciativas de Divulgação	01/01/2017
Alterações à IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos a ativos para perdas a realizar	01/01/2017
Melhorias anuais	01/01/2017

As novas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs), a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, ainda não foram adotadas nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Data da adoção a partir de:
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (a)	01/01/2018
IFRS 15/ CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (a)	01/01/2018
IFRS 16 CPC 06- Operação de Arrendamento Mercantil (a)	01/01/2019

(a) A adoção antecipada não é permitida pelo CPC

A Companhia avaliou as mudanças trazidas nos novos pronunciamentos e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	1	1
Depósitos bancários	6	670
Aplicações Financeiras (*)	<u>2.939</u>	<u>3</u>
	<u>2.946</u>	<u>674</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecimento de energia elétrica (a)	3.458	1.443
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia CCEAR (b)	<u>21</u>	<u>-</u>
	<u>3.479</u>	<u>1.443</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no ACL - Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no MCP – Mercado de curto prazo.

(b) Saldo referente ao ajuste contratual anual e acumulado (quadriênio) dos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI	<u>3.034</u>	<u>3.268</u>

Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os rendimentos médios foram de 99,41% do CDI (98,44% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 10.

7. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	<u>Terreno</u>	<u>Edificações obras civis e benfeitorias</u>	<u>Maquinas e equipamentos</u>	<u>A ratear</u>	<u>Desenvolvimento de projeto</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Material em depósito</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	599	14.800	92.433	17.419	588	1.524	-	127.363
Aquisições	-	1.678	86	203	-	(1.378)	244	833
Transferências	<u>(599)</u>	<u>(16.478)</u>	<u>(92.519)</u>	<u>(17.622)</u>	<u>(588)</u>	<u>(146)</u>	<u>-</u>	<u>(127.952)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	244	244
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>244</u>	<u>244</u>

b) Imobilizado em serviço

	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	7	36	7	50
Aquisições	-	-	112	-	-	112
Transferências	599	20.865	106.461	-	27	127.952
Depreciações	-	(690)	(4.783)	(7)	(2)	(5.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	599	20.175	101.797	29	32	122.632
Depreciações	-	(690)	(4.783)	(5)	(2)	(5.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	599	19.485	97.014	24	30	117.152
Segregado em:						
Custo	599	20.865	106.580	48	36	128.128
Depreciação acumulada	-	(1.380)	(9.566)	(24)	(6)	(10.976)
	599	19.485	97.014	24	30	117.152
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	7,0	16,0	
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	14,29	6,25	
Total geral - líquido						<u>117.396</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

8. INTANGÍVEL

	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	17	17
Aquisições	409	1	410
Baixas	-	-	-
Amortização	-	(4)	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	409	14	423
Amortização	-	(3)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	409	11	420
Segregado em:			
Custo	409	25	434
Amortização acumulada	-	(14)	(14)
	409	11	420
Vida útil média - em anos	35	5	-
Taxa média de depreciação - em %	2,85	20	-

9. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços	<u>1.587</u>	<u>1.109</u>

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

a) Empréstimos e financiamentos

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia com data final de amortização em 15 de julho de 2032.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos e geração de caixa), calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
BNDES	65.879	67.422
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(489)</u>	<u>(522)</u>
	<u>65.390</u>	<u>66.900</u>
Segregado entre:		
Circulante	4.692	4.510
Não circulante	<u>60.698</u>	<u>62.390</u>
	<u>65.390</u>	<u>66.900</u>

As parcelas de principal a vencer a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$ mil</u>
2019	2.527
2020	2.740
2021	2.972
2022	3.223
2023	3.495
2024 - 2028	22.439
2029 - 2032	<u>23.302</u>
	<u>60.698</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

As garantias dadas ao referido contrato são ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BDNES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o empréstimo em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A movimentação do exercício é conforme segue:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	56.475
Liberção de recursos	8.658
Amortização de principal	(1.889)
Amortização de juros	(1.723)
Juros incorridos	5.705
Apropriação de custos de transação	14
Adição de custos de transação a amortizar	<u>(340)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>66.900</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	66.900
Amortização de principal	(2.249)
Amortização de juros	(5.406)
Juros incorridos	6.112
Apropriação de custos de transação	<u>33</u>
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>65.390</u>

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding S.A, atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

b) Debêntures

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas IV S.A aprovou, em 2 de junho de 2015, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 114 (cento e vinte oito) debêntures, com valor Nominal Unitário de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), totalizando, na data de emissão, o Valor Total da Emissão de R\$ 57.000.000 (sessenta e quatro milhões de reais). A emissão é série única, com garantia real, garantia adicional fidejussória, com vencimento em 22 de junho de 2016. Os recursos líquidos captados em 30 de julho de 2015 foram destinados para a construção do Parque Eólicos. O valor nominal e os correspondentes encargos financeiros das Debêntures estão classificados do Passivo circulante em virtude do prazo de vencimento ser inferior a um exercício social.

Em 30 de dezembro de 2015, houve uma amortização no valor de R\$ 50.344, pago pela Companhia com o recebimento de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A totalidade das debêntures foram liquidadas durante o ano de 2016.

Os juros das debêntures foram de 2,80% ao ano + CDI.

As garantias dadas ao referido contrato foram ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A, ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A. (controladas), cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas. As empresas relacionadas acima são intervenientes anuentes.

A Companhia tem obrigações relevantes no cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação aos Debenturistas das respectivas licenças de operações, manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho.

A movimentação do exercício de 2016 é conforme segue:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.517
Amortização de principal	(6.656)
Amortização de juros	(1.120)
Juros incorridos	1.120
Apropriação de custos de transação	<u>139</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>

11. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>10.909</u>	<u>-</u>

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$12.169.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 7.536.319. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	1,6147	0,3804	1,2343

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$2.867, e parte como reserva de capital no montante de R\$9.302. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$10.909, foi registrado como passivo circulante na Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>7.536.319</u>	<u>12.169</u>	<u>2.867</u>	<u>9.302</u>
	<u>Movimentação do exercício</u>			
		31.08.2017 (AGE)	Resgates	31.12.2017
		<u>12.169</u>	<u>1.260</u>	<u>10.909</u>

12. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

As necessidades de caixa da Companhia são suportadas por meio de aportes realizados pelos acionistas com recursos próprios e na proporção de suas participações e registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

Tais aportes são realizados em sua maioria por meio de depósito na conta corrente bancária, com o objetivo de custear as obras previstas a serem concretizadas, até que o fluxo de caixa da Companhia seja positivo.

A Companhia avalia anualmente a necessidade de aumento de capital com base nos saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital, apresentados a seguir:

	2017	2016
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>-</u>	<u>15.072</u>

Durante o exercício de 2017, do montante de R\$15.072, R\$12.169 foi transformado em ações preferenciais resgatáveis e R\$2.903 foi devolvido à controladora.

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é no montante de R\$51.043 (R\$48.176 em 31 de dezembro de 2016), dividido em: (i) 48.176.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 7.536.319 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Ações Preferenciais Resgatáveis	Total do Capital Integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>48.176</u>	<u>48.176</u>	<u>2.867</u>	<u>51.043</u>	<u>55.712</u>	100%

14.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

14.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

Em 31 de dezembro de 2017, a Controladora optou por não receber os dividendos sobre os lucros acumulados da Companhia.

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Suprimento de energia elétrica	23.406	16.847
(-) Deduções:		
PIS	(140)	(109)
COFINS	(645)	(505)
Taxa de fiscalização da Aneel	(57)	(55)
Total	<u>(842)</u>	<u>(669)</u>
Total de Receita Líquida	<u>22.564</u>	<u>16.178</u>

16. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Energia comprada para revenda	(1.761)	-
Depreciação e amortização	(5.483)	(5.486)
Serviços de terceiros	(1.080)	(1.016)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(667)	(581)
Arrendamentos e alugueis	(105)	(92)
Material	(407)	(20)
Outros	299	(727)
	<u>(9.204)</u>	<u>(7.922)</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços de terceiros	(289)	(1187)
Outros	-	(3)
	<u>(289)</u>	<u>(1.190)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	314	33
Outras	55	-
	<u>369</u>	<u>33</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(6.112)	(6.825)
Comissão fiança	(2.285)	(2.025)
Juros sobre mútuos		
IOF	(22)	(13)
Multas	(147)	(161)
Despesas Bancárias	(363)	(300)
Outras	(32)	-
	<u>(8.961)</u>	<u>(9.324)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.592)</u>	<u>(9.291)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do período nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de Energia	23.406	23.406	16.847	16.847
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.872	2.809	1.348	2.022
Receitas financeiras	369	369	46	46
Outras receitas			-	-
Base de cálculo	2.241	3.178	1.394	2.068
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(336)	(286)	(209)	(186)
Adicional de IRPJ	(205)	-	(111)	-
Despesas com IRPJ e CSLL	<u>(541)</u>	<u>(286)</u>	<u>(320)</u>	<u>(186)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Hierarquia de valor justo	Classificação	2017	2016
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	2.946	674
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	3.479	1.443
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	3.034	3.268
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	1.587	1.109
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	65.390	66.900
Ações preferenciais resgatáveis	Nível 2	Outros passivos financeiros	10.909	-

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$10.972 (R\$3.579 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à transação de Ações Preferenciais Resgatáveis (parte relacionada - Controladora) e ainda às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Apesar de não ter vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2029, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Portanto: (i) a Administração entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2018; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a Administração entende que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 7,00%;

CDI - acumulado últimos 12 meses: 9,93%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2017	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Empréstimos e financiamentos	(65.390)	TJLP+2,45%	(6.179)	(7.724)	(9.269)
Aplicações financeiras vinculadas	3.034	CDI	301	226	151
	<u>(62.356)</u>		<u>(5.878)</u>	<u>(7.498)</u>	<u>(9.118)</u>

h) Risco de capitalização

	2017	2016
Dívida de empréstimos, financiamentos	65.390	66.900
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	2.946	674
Dívida líquida	62.444	66.226
Patrimônio líquido	48.176	48.176
Índice de alavancagem financeira - %	130%	137%

21. COMPROMISSOS

- (a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores – O&M, no montante de aproximadamente R\$725 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- (b) A Companhia mantém compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$195 ao ano, com vencimento em 2049, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2017, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração do fluxo de caixa:

	2017	2016
Ações preferenciais resgatáveis	12.169	-
Doações de servidões	-	409

23. SEGUROS

A Companhia, através de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladas

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Comercialização de energia

A Companhia obteve a redução de 100% da oferta de energia celebrada nos contratos no âmbito no CCEAR, para o exercício a findar em 2018. Em 19 de janeiro de 2018, foi recebida a confirmação positiva da CCEE através do Comunicado 046/18 e ato contínuo, firmaram contratos no ACL.

b) Comunicação acerca da aprovação da alienação das participações societárias por parte da Eletrobrás

Em 23 de fevereiro de 2018, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – “Eletrobrás”, comunicou ao mercado a aprovação da alienação das participações societárias em setenta sociedades de propósito específico “SPEs” detidas por cinco de suas controladas, dentre elas destaca-se a Companhia Hidroelétrica São Francisco – “Chesf” detentora de 49% da participação acionária desta Companhia. A alienação de sua participação foi dada pela Chesf a Eletrobrás com o objetivo de promover a quitação de dívidas.

Esta operação faz parte de uma das etapas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão “PDNG” 2018/2022 da Eletrobrás, amplamente divulgado ao mercado, do qual destaca-se a iniciativa de desinvestimento em SPEs, por meio da alienação das participações societárias através de dação em pagamento para a quitação de dívidas de suas controladas. A operação de alienação das participações societárias em SPEs detidas pelas controladas se dará em formato de leilão previsto para ser realizado em 7 de julho de 2018.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2018.
